

★ continuação

diferença e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de prejuízos fiscais acumulados, impairment do ativo financeiro, provisão de notas fiscais e provisão para ações judiciais. O diferido passivo é sobre arrendamento mercantil, ajuste a valor presente e atualização monetária do ativo financeiro. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de recebimento dos tributos futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. **Contabilização dos contratos de concessão:** Na contratação dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica IFCO 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimativas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Reconhecimento da receita e custos de construção:** Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente controlados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **Reconhecimento da receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a futuro, com base em especificações de cada serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta contagem. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada a causas civis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de riscos: 4.1. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros: Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Os principais riscos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos a pagar com partes relacionadas e outras obrigações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são reguladas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado incluem três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução de CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e -60%, respectivamente. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. Os principais riscos financeiros são aqueles que afetam a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, aplicações financeiras e fundo restrito.

Indicadores	Saldo	Cenário I (+25%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+50%)	Cenário III (-50%)
CDI	14,26% (*)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%
Aplicações financeiras	3.246	3.709	3.825	3.593	3.940
Fundo restrito	5.118	5.848	6.030	5.665	6.213
IPCA +1,6757% a.a.		5,94% (*)	7,43%	4,46%	8,91%
Empréstimos e financiamentos	104.753	110.975	112.531	109.420	114.087
CDI	14,26% (*)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%
Empréstimos com partes relacionadas		56.313	64.344	66.352	63.236
		68.359	68.359	68.359	68.359

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e IPCA acumulados em 31 de dezembro de 2025). **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamentos, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade potencial de perda. O valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos expedientes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.356	2.079
Contas a receber de clientes	12.663	11.047
Contas a receber do ativo financeiro	170.911	116.991
Ativo de contrato	41.674	68.691
Outros créditos	1.681	936
Ativos financeiros por meio do resultado	230.285	209.744
Fundo restrito	5.118	4.596
Total do ativo financeiro	235.403	214.340
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	(104.753)	(110.569)
Arrendamento mercantil	(582)	(789)
Contas a pagar de fornecedores	(2.629)	(1.160)
Contas a pagar de partes relacionadas	(16.458)	(19.722)
Empréstimos com partes relacionadas	(56.313)	(42.404)
Outras obrigações	(872)	(884)
Total do passivo financeiro	(181.607)	(175.528)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	53.796	38.812

	31/12/2025	31/12/2024
4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para obter retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e a considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quotientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:		
Empréstimos e financiamentos	104.753	110.569
Empréstimos com partes relacionadas	56.313	42.404
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.356)	(2.079)
(-) Fundos restritos	(5.118)	(4.596)
Dívida líquida	152.592	146.293
Patrimônio líquido	53.692	42.698
Total do capital	206.284	188.996
Índice de alavancagem	74%	77%

10. Imobilizado:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	165	174
Móveis e utensílios	210	16
Instalações	64	-
Veículos	220	-
Equipamentos de informática	634	32
Benefetorias em imóveis de terceiros	38	17
Direito de uso de arrendamento	1.001	-
Total	2.551	2.684
Depreciação		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(57)	(15)
Móveis e utensílios	(4)	(1)
Instalações	(4)	(1)
Veículos	(73)	(4)
Equipamentos de informática	(307)	(100)
Benefetorias em imóveis de terceiros	(56)	(73)
Direito de uso de arrendamento	(241)	(214)
Total	(804)	(467)
Saldo líquido		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	102	108
Móveis e utensílios	140	14
Instalações	11	12
Veículos	103	147
Equipamentos de informática	259	327
Benefetorias em imóveis de terceiros	256	249
Direito de uso de arrendamento	546	760
Total	1.417	1.747

Aos Administradores e aos Acionistas da **Sanama Saneamento Alta Maceió S.A.** - Maceió - AL. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Sanama Saneamento Alta Maceió S.A.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	5	5
Aplicações financeiras	3.246	2.016
	3.251	2.021

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui dois tipos de aplicações financeiras: Fundo de Investimento de Renda Fixa de Curto Prazo e Certificados de Depósitos Bancários (CDB). As aplicações financeiras que se referem a Fundo de Investimento de Renda Fixa de Curto Prazo são remuneradas a uma variação média de 11,63% dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2025 (8,43% em 31 de dezembro de 2024). As aplicações financeiras que se referem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) são remuneradas a uma variação média de 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (97% em 31 de dezembro de 2024). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

6. Fundo restrito: Representado por:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras restritas	5.118	4.596
	5.118	4.596

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do Fundo de Investimento de Renda Fixa. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e se faz necessário para cumprimento da cláusula de Cobertura do Serviço da Dívida (CSD) do respectivo contrato. São remuneradas a uma variação média de 13,35% dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2025 (9,92% em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber: Representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - públicos (i)	12.002	10.544
Contas a receber - privados (ii)	816	571
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (iii)	(12.663)	(11.047)
	12.663	11.047

Ativo circulante

(i) Corresponde aos valores a receber da CASAL, referentes aos serviços de tratamento de esgoto oferecidos pela Companhia. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal. (ii) Corresponde aos valores a receber de contratos com clientes privados. (iii) O critério para constituição da PECLD reflete a provisão dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias relacionados a clientes que não tenham acordo de renegociação com a Companhia. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir os riscos de perdas existentes. O prazo médio das contas a receber de curto prazo é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2024, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 30 dias	152	16
De 31 a 60 dias	54	2
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	16
De 181 a 360 dias	86	100
Acima de 361 dias	(69)	-
	361	196

A vencer:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 30 dias	12.366	6.342
De 31 a 60 dias	15	36
De 61 a 90 dias	76	239
Acima de 91 dias	-	4.302
	12.457	10.919

Provisão para perda de crédito esperada

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(68)	-
Complemento de provisão	(171)	(68)
Reversão de provisão (i)	84	-
	(155)	(68)

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(68)	-
Complemento de provisão	(171)	(68)
Reversão de provisão (i)	84	-
	(155)	(68)

8. Ativo financeiro: Representado por:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo do investimento	164.913	111.946
Recebimentos	(159.004)	(117.095)
Atualização pela taxa de retorno (i)	166.911	124.453
Impairment (ii)	(1.909)	(2.312)
Total	170.911	116.991

Ativo circulante

(i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 21,44% ao ano (21,11% em 31 de dezembro de 2024), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Companhia; (ii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas, indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia e prazo remanescente do contrato de concessão. A atualização do impairment é feita de forma anual, em 31 de dezembro. A taxa em 31 de dezembro de 2025 foi de 15,17% (15,05% em 31 de dezembro de 2024), fato este atribuído a dois fatores: a) melhor subíndice nos indicadores de risco de investimento (a evolução positiva desses indicadores influenciou positivamente no comportamento da dívida externa brasileira, proporcionando uma perspectiva mais otimista no pagamento das obrigações financeiras); e b) ausência de qualquer registro histórico de inadimplência (default) no que diz respeito ao contas a receber proveniente do contrato de concessão. A taxa de retorno do investimento é baseada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da composição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), conforme previsto em contrato. A remuneração também é composta por outros custos (tarifa do investimento, material ofertado, tarifa da operação e volume tratado). Em 31 de dezembro de 2025, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 44.697 (R\$ 42.023 em 31 de dezembro de 2024). A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado. Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, são transferidos ao ativo financeiro. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, os estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 67.018 (R\$ 75.678 em 31 de dezembro de 2024), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais. A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	116.991	93.539
Adições	5.185	(4)
Transferências (i)	47.782	24.515
Recebimentos	(41.900)	(38.543)
Ajuste pela taxa de retorno	42.458	37.336
Impairment	(298)	(298)
	170.911	116.991

(i) Referem-se às transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2025 houve a conclusão da obra das redes coletoras. Antares e Henrique na cidade de Maceió/AL. A expectativa de realização da totalidade do ativo financeiro é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	44.697	-
2027	46.685	-
Após 2027	79.529	-
Total	170.911	-

9. Ativo de contrato: O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção, o ativo de contrato será classificado como ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2025, o ativo de contrato corresponde às redes coletoras e as linhas de recalque da estação elevatória 05 na cidade de Maceió/AL. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	78.691	81.306
Adições	10.782	21.900
Transferências (i)	(47.997)	(24.515)
Total	41.674	78.691

(i) Refere-se às transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2025, houve a conclusão da obra das redes coletoras Antares e Henrique na cidade de Maceió/AL.

10. Imobilizado:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	175	5
Móveis e utensílios	118	116
Instalações	16	-
Veículos	220	-
Equipamentos de informática	550	139
Benefetorias em imóveis de terceiros	124	275
Direito de uso de arrendamento	931	70
	2.134	(188)

Depreciação

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(45)	(17)
Móveis e utensílios	(51)	(18)
Instalações	(3)	(1)
Veículos	(29)	(44)
Equipamentos de informática	(283)	(86)
Benefetorias em imóveis de terceiros	(95)	(55)
Direito de uso de arrendamento	(31)	(21)
	(537)	(164)

Saldo líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	108	130
Móveis e utensílios	140	144
Instalações	12	13
Veículos	147	191
Equipamentos de informática	327	267
Benefetorias em imóveis de terceiros	249	29
Dire		